

CONTRATO E PUBLICAÇÕES

FLS. Nº 02
PROC. Nº 1792/2017
RUBRICA [assinatura]

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

CONTRATO

CONTRATO Nº 05/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2020/CPL/CMSL.

FLS. Nº 02
PROC. Nº 219/2020
RUBRICA

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO LUÍS, E A EMPRESA SISTEMA
DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA - ME
PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE LOCAÇÃO SOFTWARES PARA
GESTÃO DE SISTEMAS.

Pelo presente instrumento de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS Estado do Maranhão** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.495.676/0001-17, com sede na Rua da Estrela, nº 257, Centro, São Luís/MA, neste ato representado pelo Sr. Osmar Gomes dos Santos Filho, Presidente da Câmara Municipal de São Luís/MA, brasileiro, casado, RG nº 104099299-1, CPF nº 021.364.993-43, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa **SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA -ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.258/0001-37, estabelecida na Rua Coelho de Resende, nº 929, bairro Centro, Cidade de Teresina - PI, CEP 64001-370, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. Thairara Rayanne Araújo Barroso, brasileira, solteira, empresária, inscrito no RG nº 3.654.906 SSP/PI e CPF nº 600.876.523-07, residente e domiciliada na Avenida Noronha de Almeida, nº 2201, bairro São João, na cidade de Teresina - MA, CEP nº 64.045-500, que resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviço de locação de softwares, sujeitando-se as partes à Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e a Lei nº 10.520/02 e alterações, bem como a este Contrato o Processo Administrativo nº 325/2020/CMSL que fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, mediante as seguintes cláusulas e condições.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de softwares para gestão de sistema de contabilidade pública, sistema de folha de pagamento, sistema integrado de compras e sistema de portal da transparência para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Luís -MA.

ITENS ADERIDOS	DESCRIÇÃO /SERVIÇOS	UNID	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Implantação e manutenção de software do Sistema Integrado de Contabilidade.	Meses	06	R\$ 1.250,00	R\$ 7.500,00
02	Implantação e manutenção de software do Sistema Integrado de Pessoal.	Meses	06	R\$ 1.100,00	R\$ 6.600,00
03	Implantação e manutenção de software do Sistema Integrado de Compras.	Meses	06	R \$950,00	R\$5.700,00
05	Implantação e manutenção de software do sistema integrado de Portal da Transparência.	Meses	06	R\$ 700,00	R\$4.200,00

FLS. Nº 02
PROC. Nº 219/2020
RUBRICA

03
2089/200
DUCIANO

VALOR GLOBAL DOS ITENS ADERIDOS:

R\$ 24.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA: ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DOS SISTEMAS:

2.1 SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA INTEGRADO

2.1.1 O sistema de contabilidade pública em linguagem para windows, descrito sucintamente abaixo atende, no mínimo, as seguintes exigências:

- Permite a elaboração e controle do orçamento e balanço do município obedecendo à todas as exigências da Lei 4.320 de 17/03/64 e suas alterações posteriores.
- Permite a elaboração e controle do orçamento, a execução contábil e as demonstrações contábeis em estrita obediência às exigências da Lei Complementar 101 de 04/05/00 e a Legislação do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.
- Permite os controles da aplicação no ensino e produzir os demonstrativos exigidos pela Legislação do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.
- Executa automaticamente o processo completo de despesa a partir de um simples pedido de compra produzindo todo o processo de licitação na modalidade convite, abrangendo, no mínimo os seguintes documentos:
 - pedido de compra; - requisição; - carta convite; - edital de convite; - reserva de dotação; - classificação das propostas com julgamento automático nos tipos menor preço global ou unitário; - emissão de adjudicação, homologação e ordem de serviço; - liberação automática da reserva de dotação; - emissão automática da requisição de compra ao(s) vencedor(es); - emissão automática do(s) empenho(s) a favor do(s) vencedor(es);
- Permite a elaboração de requisições de compras ou de empenhos, independente do processo de licitação.
- Elaborar automaticamente o Diário, utilizando o plano de contas e processos de lançamentos, produzindo os balanços nos quatro sistemas.
- Permite todos os controles de movimentação de produtos no almoxarifado, integrado ao setor de compras, licitações e ao patrimônio.
- Permite todos os controles de registros de bens patrimoniais com o cadastramento automático a partir da requisição de compra e o lançamento automático no Diário/Razão dos balanços patrimoniais e econômicos.
- Permite para todo e qualquer demonstrativo a utilização de impressoras matriciais, jatos de tinta ou lasers.

2.2 SISTEMA INTEGRADO DE PESSOAL (FOLHA DE PAGAMENTO)

2.2.1 O sistema de integrado de pessoal em linguagem para windows, descrito sucintamente abaixo atende, no mínimo, as seguintes exigências:

- Permite a elaboração e controle de admissão de funcionários, demissão, afastamentos, férias, folha de pagamento obedecendo à todas as exigências do Decreto Lei 5.452 de 01/05/1943 Constituição das Leis do Trabalho, suas alterações posteriores e demais regimentos do funcionalismo público municipal.
- Permite a elaboração e controle de todo o sistema que envolve a folha de pagamento em estrita obediência às exigências dos Tribunais do Estado do Maranhão.
- Permite os controles e produção dos demonstrativos exigidos pela Legislação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), exportando arquivos para os sistemas SEFIP, CAGED, RAIS, DIRF etc.
- Utiliza sistemas especializados e inteligência artificial para executar todas as operações conforme as tabelas em vigor divulgadas pelo MTE (previdência, salário mínimo, salário família).
- Utiliza sistemas especializados e inteligência artificial para executar cálculos de imposto de renda coerentes com as tabelas em vigor divulgadas pela Receita Federal.
- Permite todos os controles de movimentação de funcionários, integrando informações de tempo serviços, divisões e locais de trabalho, histórico de salários e demais proventos.
- Permite a geração de arquivo bancário para depósito dos salários dos funcionários, conforme convênio firmado entre o município e a entidade bancária.

04
2292/2004
DUCIANO

- h) O arquivo bancário gerado pelo sistema possibilita a visualização do holerite nos terminais eletrônicos bancários (caixa eletrônico), tal como ocorre a demonstração do holerite em papel.
- i) Caso a prefeitura municipal possua um site próprio na internet, lhe será possível, através de uma ferramenta do sistema, fazer um cadastramento de seus funcionários para que estes, por meio de qualquer computador conectado à internet, possa acessar o site da prefeitura e visualizar o seu holerite.
- j) Permite para todo e qualquer demonstrativo a utilização de impressoras matriciais, jatos de tinta ou lasers.

2.3 SISTEMA DE COMPRAS

2.3.1 O Sistema Integrado de Compras tem por finalidade controlar e gerenciar o estoque de materiais do almoxarifado com a finalidade de gerenciar todos insumos existentes, além das seguintes características:

- a) Possuir integração com sistema contábil e de almoxarifado efetuando lançamentos automáticos de bloqueio, empenhamento da despesa, entrada automática no almoxarifado com a liquidação da nota fiscal no sistema contábil.
- b) Possuir cadastro de materiais possibilitando informar se o material perecível, estocável, se é material de consumo ou permanente, serviços, etc.
- c) Controlar as solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros 24 centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.
- d) Permitir o controle das quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.

2.4 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.

- a) Aplicativo disponível na web, com o intuito de atender às disposições da Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009, que alterou a Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, e ao
- b) Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010.
- b) Este sistema permite o acesso às informações sobre os valores arrecadados por uma entidade contábil (receitas) e sobre os gastos públicos em que foram utilizados esses recursos (despesas) durante determinado exercício.
- c) Possibilita a consulta e o acompanhamento de outros dados relativos às operações contábeis realizadas por uma Entidade durante certo exercício, como forma de garantir a transparência das contas públicas municipais.
- d) Para acessar essas informações, o usuário deve informar o Exercício e a Entidade Contábil nos campos respectivos e, em seguida, no menu existente na tela, selecionar a opção correspondente ao tipo de informação desejada.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

3.1 Os serviços deverão ser prestados de forma continuada, os quais constituirão sistema informatizado especificado que deverá dar suporte a Câmara Municipal de São Luís, junto aos setores envolvidos, quais sejam: Contabilidade, Folha de Pagamento, Compras e Portal da Transparência ênfase na elaboração dos seguintes itens:

- a) Prestações de contas mensais e respectivos balancetes.
- b) Balanço geral referente ao exercício
- c) Folha de Pagamento;
- d) Relatórios pela Lei de responsabilidade Fiscal (Relatório resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal) exigidos pela Lei 4.320/64 e Instruções Normativas do Tribunal e Contas do Maranhão;
- e) Controle e gerenciamento de estoque de insumos;
- f) Permitir acesso as Informações realizadas pela CMSL (Lei Complementar 131/2009)

CLÁUSULA QUARTA- DO VALOR DO CONTRATO

4.1 O valor do presente Contrato importa em **R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)**.

4.2 Os preços unitários estão discriminados na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, inclusas todas as despesas que resultem no custo do fornecimento, tais como materiais empregados, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, quaisquer contribuições sociais, impostos, taxas enfim, todos e quaisquer outros ônus que incidam no fornecimento desse, não podendo ser cobrados separadamente.

CLÁUSULA QUINTA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 O contrato terá sua vigência de 06 (seis) meses contados a partir da data da assinatura deste instrumento contratual, podendo por acordo das partes, ser prorrogado, desde que seja de interesse da Contratante, mediante termo próprio, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme faculta o artigo 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos serão efetuados de acordo com a entrega ou execução aceitação do objeto, depois da realização das aferições.

6.2 Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal com o objeto entregue ou executado discriminados, devidamente atestadas pelo servidor designado para o recebimento do objeto licitado.

6.3. O pagamento será condicionado à apresentação da comprovação de regularidade junto às receitas Federal, Estadual e Municipal, além do FGTS e CNDT, devidamente e atualizada.

6.4. Após aceitação e ateste de recebimento definitivo do objeto da Nota Fiscal, o pagamento será creditado em favor do Contratado, em **até 30 (trinta) dias corridos**, através de ordem bancária na conta indicada na proposta, devendo para isto, conter o nome do banco, agência e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, e obedecendo a devida ordem cronológica dos empenhos e em moeda corrente nacional.

6.5 A Câmara Municipal de São Luis fica reservada o direito de não efetivar o pagamento se o objeto não ocorrer em conformidade com as especificações estipuladas.

6.6 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte do Contratado, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.

6.7 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado para pagamento, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação. Em caso de irregularidade, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para a Contratante.

6.8 Não serão efetuados, também, quaisquer pagamentos à Contratada enquanto houver inadimplência contratual.

6.9. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

6.10 O pagamento será efetuado na Conta Corrente, Banco e Agência da CONTRATADA que será informado no ato da solicitação de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA/DESCRIÇÃO

Ficha: 12 Ação:01.122.0408.2259 – Manutenção da Câmara Municipal.

NATUREZA DE DESPESA

FLS. Nº

PROC. Nº

RUBRICA

86
2792/2003
Rubrica

Código: 33.90.39 - Descrição: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA OITAVO – DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO OU EXECUÇÃO

8.1 A empresa contratada terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para implantação e conversão total da Base de Dados existentes e a perfeita adequação para execução nos programas ofertados e terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para treinamento, a contar da assinatura do contrato.

8.2A Câmara Municipal de São Luis, não fornecerá Layout para conversão, será de inteira responsabilidade da Contratada.

8.3 Os softwares deverão ser atualizados conforme legislações vigentes (Municipal, Estadual e Federal).

CLÁUSULA NONA: DA IMPLANTAÇÃO

9.1 A licitante vencedora deverá realizar instalação e configuração do ambiente sistêmico nos servidores necessários à implantação e ativação posterior de seus módulos, bem como a instalação e configuração da base de dados e da configuração da(s) conexão(ões) necessária(s) entre o servidor de aplicação e servidor de banco de dados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO TREINAMENTO

10.1 Será de responsabilidade integral da Licitante Vencedora a prestação dos serviços destinados à capacitação técnica da equipe da Câmara Municipal de São Luis/MA, formalmente indicados.

10.2 Os treinamentos na utilização dos novos *softwares* deverão obedecer aos seguintes critérios quando for o caso:

a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados;

b) A CONTRATADA realizará o treinamento conforme cronograma ou a pedido expresso da CONTRATANTE, no prazo de 30 dias;

c) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de todo o desenvolvimento em nível de usuário;

d) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta, referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

10.2.1.1 Todos os custos de passagens, hospedagens, transferências, alimentação, entre outros são da CONTRATADA.

10.2.1.2 Os treinamentos ocorrerão nas dependências da Câmara Municipal de São Luis/MA, e as turmas serão montadas de acordo com a disponibilidade da mesma.

10.2.1.3 O Material de apoio ao treinamento deverá ser fornecido pela contratada, apostilas, manuais e demais materiais didático-pedagógicos necessários à realização do treinamento.

10.2.1.4 A empresa deverá disponibilizar instrutores em número, competência e experiência profissional adequada ao treinamento a ser realizado, primando também pela padronização metodológica, didática e de conteúdo programático entre as turmas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO

11.1 A contratada compromete-se a efetuar a manutenção preventiva e corretiva dos programas, bem como a adaptação e alterações a novos planos econômicos, conforme legislação pertinente e melhoramentos solicitados ou que se fizerem necessários.

11.1.1.1 A CONTRATANTE não se responsabilizará por despesas de locomoção, hora técnica, chamado técnico.

11.1.1.2 Deverá ser realizada, pela empresa vencedora, no mínimo uma visita mensal a fim de verificar o andamento dos softwares, cujo valor deverá estar incluso no preço cotado.

11.1.1.3 A CONTRATADA deverá, quando solicitado, atender ao chamado feito no prazo máximo de (06) seis horas corridas sem ônus adicional ao contratante, através de Plano de Suporte operacional e assistência técnica para atendimento, por meio de telefone e internet, previamente fornecidos.

11.1.1.4 Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Anexo I:

- a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento dos mesmos;
- b) Alterações de sistemas em função de mudanças legais nos casos da moeda, alteração de legislação federal ou estadual, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica dos sistemas.

11.1.1.5 Suporte técnico diário no local (08 horas/dia) durante a implantação do Sistema Integrado.

11.1.1.6 A contratada deverá disponibilizar, após o término da implantação, técnico para efetuar customização no sistema de eventuais necessidades que não foram previstas no projeto.

11.1.1.7 Os serviços deverão ser prestados nos locais indicados pela Câmara de Municipal de São Luís.

11.1.1.8 A contratada, pelo período de duração do contrato, será a responsável pela atualização, manutenção completa da solução no que tange a alterações de natureza legal na esfera Municipal, Estadual e Federal, assim como, alterações determinadas por entes fiscalizadores, sem custos adicionais, sempre que a Câmara Municipal de São Luís requisitar estas alterações.

11.1.1.9 Entende-se por atendimento técnico os serviços prestados por meios de assessorias técnicas, para identificação de problemas ligados diretamente ao uso do software, sendo:

- a) atendimento técnico "in loco": a ser realizado por técnico da contratada, nas dependências da contratante;
- b) atendimento técnico remoto: a ser realizado por técnico da contratada, por meio de ferramenta específica, definida pela contratante e se dará por via da conexão de equipamento da contratada com equipamento da contratante, nos momentos acordados;

11.1.1.10 O suporte técnico ocorrerá por via de solicitações de atendimento por parte da contratante à contratada, a qual deverá conter data, hora, e uma numeração de controle (a ser fornecida pela contratada). Para cada problema, a solicitação deverá ser por telefone ou e-mail ou outra ferramenta disponibilizada pela contratada, conforme item 6.1.5

11.1.1.11 Nos serviços de manutenção deverão estar incluídos: a atualização de versões dos softwares licitados; a correção eletrônica e/ou manual, de erros/falhas de programação das versões em uso, garantindo a operacionalidade dos mesmos com as funcionalidades descritas, bem como mantendo as parametrizações e customizações já efetuadas.

11.2 Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e aceitos pela Câmara Municipal de São Luís - MA, não serão considerados como inadimplemento contratual.

11.3 Obriga-se a Contratada a efetuar o fornecimento no **local indicado na Ordem de Fornecimento**, em dias úteis, devendo ser acertada previamente com o Responsável pelo recebimento, acompanhado da Ordem de Fornecimento e Nota Fiscal correspondente

11.4 A execução dos serviços ou fornecimento será realizada em local determinado no Contrato ou na Ordem de Serviços/Fornecimento, conforme o caso.

11.5 As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades do Órgão Gerenciador e/ou Participante.

11.6 A aquisição do(s) Item(ns) será precedida do respectivo Contrato, que será assinado pelo Fornecedor e o Órgão Gerenciador ou Participantes;

11.7 Obriga-se a Contratada a efetuar a entrega ou execução do objeto na(s) quantidade(s) constantes do Contrato.

11.8 O Responsável pelo recebimento do objeto será servidor devidamente designando para essa função, onde irá recebê-los, conforme o caso, em conformidade com o art. 73, inciso I e II, da Lei de Licitações nº 8.666/93.

11.9 Câmara Municipal de São Luis – MA rejeitará, no todo ou em parte o objeto em desacordo com as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, ficando o Contratado sujeito a substituição, por sua conta, do objeto rejeitado.

11.10 Em caso de recusa do objeto será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o objeto ser substituído imediatamente pelo Contratado, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

11.11 O aceite/aprovação do objeto pelo Contratante, não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela Contratada verificados posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

11.12 Será de responsabilidade da Contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou propostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas no Contrato;

11.13 O inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, Ata de Registro de Preços ou do Contrato, ensejará, a critério da CMSL, o cancelamento da Ata de Registro do Preço ou Rescisão Contratual, sujeitando-o às penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS E DE RESCISÃO

12.1 O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

12.2 Também poderá ocorrer a rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

12.3 A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

12.4 A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial,

se:

- a) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte;
- b) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE;
- c) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições do fornecimento ou serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados;
- d) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- e) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;
- f) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulos III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

12.5 A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

12.6 A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

OS
2089/2020
W. W. W.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 O objeto ora contratado será executado ou fornecido conforme especificações estabelecidas pela **CONTRATANTE**, obrigando-se à **CONTRATADA** a:

13.2 Efetuar o fornecimento ou a prestação do objeto em perfeitas condições, no prazo e local indicados na Ordem de Fornecimento ou Serviços, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca e prazo de garantia;

13.2.1.1 O objeto deve estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em

português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.2.2 Assinar o contrato, no prazo estipulado e contado da convocação;

13.2.3 Executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;

13.2.4 Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custos necessários ao cumprimento do objeto.

13.2.5 Assegurar a qualidade do objeto em conformidade com as normas técnicas da ANVISA, INMETRO e outras pertinentes, conforme o caso;

13.2.6 Providenciar para que o objeto seja fornecido ou executado de maneira adequada e em consonância com as normas de segurança estabelecidas em legislação própria;

13.2.7 Comunicar, à Câmara Municipal de São Luis, em até 24 (vinte e quatro) horas antes do vencimento do prazo da entrega dos produtos, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

13.2.8 Responsabilizarem-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos entregues, e demais custos inerentes ao objeto; e, ainda, apresentar os documentos fiscais em conformidade com a legislação vigente.

13.2.9 Responsabilizar-se pelo transporte apropriado do objeto, ainda que seja transporte especial quando assim exigir, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega ou execução, até o devido atesto da Nota Fiscal, inclusive o frete;

13.2.10 Fornecer ou executar o objeto na presença do servidor devidamente designado na conformidade do § 8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, no local informado na Ordem de Fornecimento ou Serviço, acompanhados da Nota Fiscal preenchida contendo a especificação e quantidade correta do objeto;

13.2.11 Substituir o objeto entregue ou executado com eventuais falhas e/ou vícios ou que apresentarem eventual alteração de suas características dentro dos prazos estipulados, quando for o caso, sem qualquer ônus adicional para a Câmara Municipal de São Luis, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data de entrega ou execução dos serviços exigidos;

13.2.12 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na vigência do Contrato, objeto do presente instrumento até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, observado o art. 65 da Lei n.º 8.666/93;

13.2.13 Fornecer ou executar o objeto através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo, solicitar a substituição daqueles cujos produtos sejam julgados inconvenientes.

13.2.14 Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção do Contrato, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE.

13.2.15 Responder perante a Câmara Municipal de São Luis - Ma, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou

10
2722/2021
W. W. W.

10
2089/2000
[assinatura]

fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes.

13.2.16 Responder perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato.

13.2.17 Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e para fiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Câmara Municipal de São Luís - MA, por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não se transfere a Câmara Municipal de São Luís.

13.2.18 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;

13.2.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.2.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2.21 Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da contratação.

13.2.22 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

13.2.23 Manter durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2.24 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.2.25 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

14.2 Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato e emissão da ordem de fornecimento ou serviços, com base nas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.

14.1.2 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

14.1.3 Efetuar o pagamento dos Documentos de Cobrança, no prazo acertado nas condições de pagamento, desde que os mesmos sejam apresentados na conformidade nas normas contratuais e observem as exigências da legislação aplicável.

11
2089/2000
[assinatura]

- 14.1.4 Permitir o livre acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da **CONTRATADA** para a execução do Contrato;
- 14.1.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da **CONTRATADA**, desde que inerentes ao objeto do Contrato;
- 14.1.5 Acompanhar a execução ou fornecimento do objeto contratado, bem como atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite;
- 14.1.6 Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário;
- 14.1.7 Comunicar à Contratada as eventuais irregularidades observadas na entrega ou execução do objeto para adoção das providências saneadoras;
- 14.1.8 Acompanhar a entrega ou execução do objeto, por meio de fiscalização, a quem caberá, também, todos os contatos junto à Contratada.
- 14.1.9 Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário;
- 14.1.10 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 14.1.11 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela contratada.
- 14.1.12 Fazer cumprir os termos da Lei 8.666/93, no que diz respeito ao equilíbrio econômico financeiro durante a execução do Contrato.
- 14.1.13 Modificar o contrato unilateralmente para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**.
- 14.1.14 Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos previstos no Edital e especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro – Ficará Impedido de licitar e contratar com o Câmara Municipal de São Luís e, será descredenciado do sistemas de cadastramento de fornecedores Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, ata registro de preços e contrato e das demais cominações legais, conforme Art. 7º da Lei 10.520/02 e Art.14, Parágrafo Único do Decreto 7892/13:

- a) O licitante que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços ou Contrato;
- b) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) Não mantiver a proposta;
- d) Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços ou Contrato;
- e) Comportar - se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo Segundo - Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada no órgão emitente da Ata de Registro de Preços ou Contrato, dirigida à autoridade competente, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para o fornecimento do material ou prestação do serviço;

Parágrafo Terceiro - Não acolhida a justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, o contratado ou fornecedor beneficiário sujeitar-se-á a multa nos seguintes termos:

- a) multa de 10% (dez por cento) pelo atraso injustificado sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou Contrato, e correção diária conforme abaixo:
- a.1) 0,33 % ao dia, até o décimo quinto dia, incidente sobre o valor da etapa;
- a.2) 0,66 % ao dia a partir do décimo sexto dia de atraso na execução do Ata de Registro de Preços ou Contrato, sem prejuízo da sanção prevista no Parágrafo Primeiro.
- b) Ultrapassado o trigésimo dia de atraso, será a Ata de Registro de Preços ou Contrato, conforme o caso, rescindido.

Parágrafo Quarto – Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, aplicar à contratada, sem prejuízos das demais, as seguintes sanções:

- a) advertência;
b) multa de 30% sobre o valor total da Ata de Registro de Preços ou Contrato, conforme o caso;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ou fornecedor beneficiário ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;

Parágrafo Quinto – Se o valor da multa não for recolhido pela contratada, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que fizer jus e/ou da garantia contratual. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa da Câmara Municipal de São Luis e cobrado judicialmente;

Parágrafo Sexto – À licitante vencedora se recusar, injustificadamente, a assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe será encaminhada, caracterizando o descumprimento da obrigação assumida, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços ou Contrato, conforme o caso, podendo a Administração convidar a aceitar as demais licitantes, na sua ordem de classificação final, mantendo-se o prazo e as mesmas condições da vencedora.

Parágrafo Sétimo – Caberá ao Contratante propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando argumentos que justifiquem a proposição.

Parágrafo Oitavo – As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa consequentemente, a sua aplicação não exime a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar a Câmara Municipal de São Luis/MA.

Parágrafo Nono – Após a aplicação de qualquer penalidade será feita notificação escrita a contratada, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

Parágrafo Décimo - As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- b) atraso injustificado na entrega dos bens objeto da Ata Registro de Preços;
c) reincidência de descumprimento de obrigações contratuais, especialmente aquelas relativas às características dos bens, qualidade, quantidade, prazo ou recusa do serviço prestado ou entrega, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados;
d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
e) irregularidades que ensejem a frustração da licitação ou a rescisão contratual;
f) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
g) prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou prejudicar a execução da Ata de Registro de Preços ou Contrato;
h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a proponente idoneidade para contratar com a Prefeitura.

Parágrafo Décimo Primeiro - Cabe ao contratante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador (§ 1º do Art. 6 do Decreto nº 8.250, de 23 de Maio de 2014).

Parágrafo Décimo Segundo - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor Beneficiário ou Contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, Estado ou União, conforme o caso, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

16.1 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os

13
1.089/2020
DUTRANHO

acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento ou execução dos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA - REGIME DE FORNECIMENTO OU EXECUÇÃO

17.1 O Regime de fornecimento ou execução será de forma indireta e de forma parcelada de acordo com as necessidades da Contratante.

17.2 17.20 presente Contrato poderá ser objeto de **subcontratação**, em conformidade com o Art. 72 e 78, inciso VI da Lei 8.666/93, com prévio e expresse consentimento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1 O CONTRATANTE providenciará o envio do extrato deste Contrato ao Diário Oficial do Município, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para que ocorra a publicação no prazo de 20 (vinte) dias consecutivos desta data.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 As partes elegem, de comum acordo com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro de São Luís - MA para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, e, para firmeza do que foi pactuado, firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Luís-MA, 17 de julho de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUIS/MA
CNPJ/Nº 05.495.676/0001-17
CONTRATANTE

SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTABIL LTDA-ME
CNPJ nº 09.295.258/0001-37
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Nome: Elane de Araújo Bone

CPF: 935215293-04

2. Nome: Maria José Sousa Santos

CPF: 474487983-72

14
2792/2020
DUTRANHO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO 0925/2020	ESPECIE ADSIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO	HOMOLOGAÇÃO De acordo com o Relatório Técnico nº 001/2020/CGM/CGM, datado de 10/07/2020.
OBJETO: Fornecimento de empresa especializada no prestação de serviços de locação de softwares para gestão de sistema de contabilidade pública, sistema de folha de pagamento, sistema integrado de controle e sistema de gestão de transportes para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Luís-MA.		
CONTRATANTE CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS	CNPJ 04.493.816/0001-11	
REPRESENTANTE LEGAL OSMAIR GOMES LOPES SANTOS FILHO	CARGO PRESIDENTE	
CONTRATADA SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTABIL E FISCAL SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTABIL E FISCAL	CNPJ 08.181.734/0001-11	
REPRESENTANTE LEGAL JAIARA BATISTE ARAÚJO LAYRÃO	CARGO LIBREASSALTO	
VALOR GLOBAL R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)		
ASSINATURA DO CONTRATADO LACINHO	ASSINATURA DO CONTRATANTE SANTOS FILHO	FUNDAMENTO LEGAL Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 13.003/2015, Decreto Federal nº 5.953/2011 e alterações posteriores.
Nº 09/2020	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PROPRIETARIOS	FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS
ELABORAÇÃO DE EMPENHO 33.90.33 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	41.22.90.92.00 MANUTENÇÃO DE CÂMERAS MUNICIPAIS	9100 PRÓPRIOS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 0925/2020	ESPECIE ADSIÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSUMO	HOMOLOGAÇÃO De acordo com o Relatório Técnico nº 001/2020/CGM/CGM, datado de 10/07/2020.
OBJETO: Fornecimento de empresa especializada no prestação de serviços de locação de softwares para gestão de Sistema de Contabilidade Pública, Sistema de Folha de Pagamento, Sistema Integrado de Controle e Sistema de Gestão de Transportes para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Luís-MA.		
CONTRATANTE CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS	CNPJ 04.493.816/0001-11	
REPRESENTANTE LEGAL OSMAIR GOMES LOPES SANTOS FILHO	CARGO PRESIDENTE	
CONTRATADA SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTABIL E FISCAL	CNPJ 08.181.734/0001-11	
REPRESENTANTE LEGAL JAIARA BATISTE ARAÚJO LAYRÃO	CARGO LIBREASSALTO	
VALOR GLOBAL R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)		
ASSINATURA DO CONTRATADO LACINHO	ASSINATURA DO CONTRATANTE SANTOS FILHO	FUNDAMENTO LEGAL Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 13.003/2015, Decreto Federal nº 5.953/2011 e alterações posteriores.
Nº 09/2020	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PROPRIETARIOS	FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS
ELABORAÇÃO DE EMPENHO 33.90.33 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	41.22.90.92.00 MANUTENÇÃO DE CÂMERAS MUNICIPAIS	9100 PRÓPRIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Câmara, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o art. 4º inciso XXII da Lei 10.520/2002, torna público a **adjudicação e homologação** do Pregão Presencial nº 003/2020, tipo "menor preço" cujo objeto trata da contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de equipamentos do tipo condicionadores de ar para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Luís e seus anexos, requisitado pelo Departamento de Material e Patrimônio, conforme especificações técnicas e descrições no Termo de Referência e Edital, sendo consagrada vencedora a empresa **J J DA SILVA & SANTOS LTDA**, CNPJ de nº 12.508.451/0001-13, no valor global de R\$ 76.900,00 (setenta e seis mil e noventa reais) São Luís (MA), 06 de julho de 2020.

Osmair Gomes Lopes Santos Filho
Presidente da Câmara Municipal de São Luís

CONTROLADORIA GERAL DO
MUNICÍPIO - CGM

PORTARIA NORMATIVA CGM Nº 025, DE 10 DE JULHO DE 2020

Estabelece a possibilidade de utilização de documentos fiscais emitidos na Região Metropolitana da Grande São Luís na prestação de contas de adiantamentos da Administração Pública Municipal.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 98 da Lei Orgânica de São Luís, e

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer a possibilidade de utilização de documentos fiscais emitidos por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços situados na abrangência da Região Metropolitana da Grande São Luís na comprovação da prestação de contas das despesas de adiantamentos, nos termos dos arts. 1º e 5º da Lei nº 6.644, de 2020.

§ 1º Os documentos fiscais deverão ser emitidos nos seguintes municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís: Alcobaça, Anápolis, Bommeizal, Cachoeira Grande, Igará, Morcos, Perceira José, Piquito, Povoado de São José, Raposo, São João, São José de Ribamar e São Luís, obedecendo às normas das legislações específicas.

§ 2º São considerados documentos fiscais para atendimento do parágrafo anterior as notas fiscais eletrônicas, notas fiscais emitidas em sistema eletrônico, notas fiscais de serviço (sistema emitido (DF-e-A) e DAF-e).

Art. 2º É vedada a utilização de adiantamentos, por meio de entidade corporativa fora da Região Metropolitana da Grande São Luís, exceto quando decorrente de:

- I - Despesa em caráter de emergência com despesas indenizatórias, contínuas ou fixas, desde que não sejam valores cumulativos; e
- II - Despesas de órgãos e entidades da Administração Municipal que possuam o Poder Executivo Municipal em outras unidades da Federação.

Art. 3º Os servidores que praticarem atos irregulares em decorrência do disposto nesta Portaria ficarão sujeitos a responsabilidade administrativa, civil e penal, e as penalidades previstas na Lei nº 4615, de 2009.

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias nº 14/2014 GAB/CGM e nº 19/2015 GAB/CGM.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DE-SE CIÊNCIA,
PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JACKSON DOS SANTOS CASTRO
Controlador-Geral do Município

PORTARIA CGM Nº 026, DE 14 DE JULHO DE 2020

Estabelece o acréscimo à Alenação e prorrogação da vigência da Portaria CGM nº 10 de 03 de junho de 2020, que trata de medidas operacionais para funcionamento da Controladoria-Geral do Município.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 98 da Lei Orgânica de São Luís, e

RESOLVE:

Art. 1º Ficam alterados o caput do art. 8º e respectivos parágrafos 1º e 2º da Portaria CGM nº 16, de 2020, que trata das medidas operacionais para funcionamento da Controladoria-Geral do Município, em decorrência da continuidade de suas atividades presenciais e necessidade de continuação da prestação do Contratação nº 003/2020 que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Os servidores e empregados, todos os Superiores, Assistentes, Auxílios e Prestação de Contas e Normas Técnicas atuam distribuídos em grupos de trabalho observado o disposto no inciso IX do art. 7º desta Portaria.

§ 1º A Superintendência de Prestação de Contas e Normas Técnicas estabelece em regime de revezamento por grupos e dias alternados.

§ 2º O expediente técnico de Superintendência de Administração e Gestão de Custos ocorre nos turnos matutino e vespertino com distribuição dos servidores em grupos de segunda à quinta-feira, no período das 08 horas às 10 horas das 12 horas e das 13 horas às 17 horas, e as sextas-feiras em regime de alternância nos dias 02 e 04 de cada mês.

§ 3º Cabe aos chefes imediatos dos grupos de trabalho estabelecer o regime de revezamento e encaminhá-lo às unidades de trabalho para controle e acompanhamento.

§ 4º Exceto em situações de emergência, o regime de revezamento por grupos alternados por turno vespertino e caso haja necessidade, a Controladoria-Geral do Município.

Art. 2º Ficam alterados os arts. 2º e 3º da Portaria CGM nº 16 de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (alterado) - O regime de revezamento previsto nos arts. 1º e 2º desta Portaria, os demais servidores da Controladoria-Geral do Município, no regime de revezamento por turno matutino e vespertino de todo dia.

§ 6º Nos dias que não houverem as atividades de atendimento presencial, os servidores deverão atender às ligações telefônicas e demandas de trabalho remoto, conforme estabelecido no planejamento de carga horária semanal da CGM."

Art. 3º Ficam prorrogadas a vigência da Portaria CGM nº 16, de 2020, por mais 15 (quinze) dias, a contar do dia 13/07/2020, podendo ser alterada prorrogada ou revogada conforme a evolução da pandemia e as decisões da Câmara Municipal de São Luís, e combate à COVID-19.

DE-SE CIÊNCIA,
PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

FLS. Nº 138
PROC. Nº 0925/2020
RUBRICA JJ



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA _____

TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 2.089/2020 – CMSL/MA
Contrato nº 005/2020 - CMSL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MA, E DE OUTRO, A EMPRESA SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA – ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES PARA GESTÃO DE SISTEMAS, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de um lado, a Câmara Municipal de São Luís, Estado do Maranhão, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta capital na Rua da Estrela, nº257, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.05.495.676/0001-17, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Osmar Gomes dos Santos Filho**, brasileiro, casado, portador do RG nº104099299-1 e CPF nº 021.364.993-43, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa: **SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA – ME**, com sede na Rua Coelho de Resende, nº 929, Centro, Teresina – PI, CEP: 64.001-370, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.258/0001-37, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por seu representante, **Thaiara Rayanne Araújo Barroso**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 3.654.906 SSP/PI e do CPF nº 600.876.523-07, residente e domiciliada na Avenida Noronha de Almeida, nº 2201, São João, Teresina - PI, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, observando o que consta do processo nº 2.089/2020, elaborado em conformidade com o disposto no Artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores, tem entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

A CONTRATANTE e a CONTRATADA resolvem prorrogar por mais 12(doze) meses, de 15/01/2021 a 15/01/2022, tendo por objeto a prestação de serviços de locação de softwares para gestão de sistema de contabilidade pública, sistema de folha de pagamento, sistema integrado de compras e sistema de portal da transparência da Câmara Municipal de São Luís, dentro do prazo estabelecido, conforme a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

A prorrogação do prazo de vigência constante da Cláusula Quinta – Da Vigência do Contrato ora aditado, por mais 12 (doze) meses a contar de 15(quinze) de janeiro de 2021, com fundamento legal no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93;

FLS. Nº _____
PROC. Nº _____
RUBRICA Nº _____
RUBRICA _____



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

FLS. Nº 89
PROC. Nº 2089/2020
RUBRICA [assinatura]

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR


O valor global do Contrato fica aditado em R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 005/2020-CMSL/MA, firmado entre as partes.

Por estarem, assim, justas e contratadas, a CONTRATANTE e a CONTRATADA firmam o presente termo em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Luís, 15 de Janeiro de 2021.

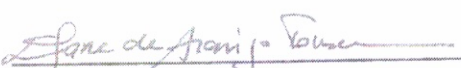


CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
Presidente

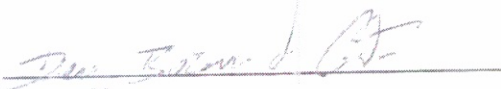


CONTRATADA
SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA – ME
Representante

Testemunhas:



Nome
CPF: 935 215 293-04



Nome
CPF: 350 848 523-74

FLS. Nº 17
PROC. Nº 279/2021
RUBRICA [assinatura]
PROC. Nº 279/2021
RUBRICA [assinatura] 2



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 2722/2021 – CMSL/MA

SEGUNDO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MA, E DE OUTRO, A EMPRESA SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA – ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES PARA GESTÃO DE SISTEMAS, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de um lado, a Câmara Municipal de São Luís, Estado do Maranhão, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta capital na Rua da Estrela, nº257, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.05.495.676/0001-17, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Osmar Gomes dos Santos Filho**, brasileiro, casado, portador do RG nº104099299-1 e CPF nº 021.364.993-43, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro, a empresa: **SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA – ME**, com sede na Rua Coelho de Resende, nº 929, Centro, Teresina – PI, CEP: 64.001-370, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.258/0001-37, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por sua representante legal, **Thaiara Rayanne Araújo Barroso**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 3.654.906 SSP/PI e do CPF nº 600.876.523-07, residente e domiciliada na Avenida Noronha de Almeida, nº 2201, São João, Teresina - PI, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, observando o que consta do processo administrativo nº2722/2021, elaborado em conformidade com o disposto no Artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores, tem entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

A CONTRATANTE e a CONTRATADA resolvem prorrogar por mais 12(doze) meses, contados de 14/01/2022 a 14/01/2023, tendo por objeto a prestação de serviços de locação de softwares para gestão de sistema de contabilidade pública, sistema de folha de pagamento, sistema integrado de compras e sistema de portal da transparência da Câmara Municipal de São Luís, dentro do prazo estabelecido, conforme a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

A prorrogação do prazo de vigência constante da Cláusula Quinta – Da Vigência do Contrato ora aditado, por mais 12 (doze) meses a contar de 14(quatorze) de janeiro de 2022, com fundamento legal no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93;

FLS. Nº 18
PROC. Nº 2722/2021
RUBRICA [assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor global do Contrato fica aditado em R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO


Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 005/2020-CMSL/MA, firmado entre as partes.

Por estarem, assim, justas e contratadas, a CONTRATANTE e a CONTRATADA firmam o presente termo em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Luís, 14 de Janeiro de 2022.



CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
Presidente



CONTRATADA
SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA – ME
Representante

Testemunhas:

Antônio Carlos Freitas da Silva
Nome
CPF: 607047163-64

Yuri Marcos de Souza
Nome
CPF: 010.037.083-74

FLS. Nº 19
PROC. Nº 2792/2022
RUBRICA [Signature]



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 2853/2022 – CMSL/MA

TERCEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MA, E DE OUTRO, A EMPRESA SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA – ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES PARA GESTÃO DE SISTEMAS, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de um lado, a Câmara Municipal de São Luís, Estado do Maranhão, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta capital na Rua da Estrela, nº257, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº.05.495.676/0001-17, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. PAULO VICTOR MELO DUARTE**, nº 162034820016 e CPF nº 008.588.083-31, residente neste município, e, de outro, a empresa: **SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA – ME**, com sede na Rua Coelho de Resende, nº 929, Centro, Teresina – PI, CEP: 64.001-370, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.295.258/0001-37, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por sua representante legal, **Thaiana Rayanne Araujo Barroso**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 3.654.906 SSP/PI e do CPF nº 600.876.523-07, residente e domiciliada na Avenida Noronha de Almeida, nº 2201, São João, Teresina - PI, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, observando o que consta do processo administrativo nº 2853/2022, elaborado em conformidade com o disposto no Artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores, tem entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

Prorrogar o prazo de vigência que trata a Cláusula Quinta do Contrato nº 005/2020, bem como a **realização da supressão** do item 01 (Implantação e manutenção de software do Sistema Integrado de Contabilidade) da Cláusula Primeira do Contrato (Do Objeto)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

A CONTRATANTE e a CONTRATADA resolvem prorrogar o Contrato nº 005/2020 por mais 12(doze) meses, contados de 13/01/2023 a 13/01/2024, que tem por objeto a prestação de serviços de locação de softwares para gestão de sistema de contabilidade pública: sistema de folha de pagamento, sistema integrado de compras e sistema de portal da transparência da Câmara Municipal de São Luís, dentro do prazo estabelecido, conforme a Lei nº 8.666/93.

FLS. Nº 20 / 1
PROC. Nº 2792022
RUBRICA [assinatura]



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUPRESSÃO

O novo valor global do Termo Aditivo, após a supressão de item 01 da Clausula Primeira do Contrato n° 005/2020 será de **RS 33.000,00 (trinta e três mil reais)**.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo n° 005/2020-CMSL/MA, firmado entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo de Aditamento, será competente a Comarca de São Luís para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, desde que não possam ser dirimidas pela mediação administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem, assim, justas e contratadas, a CONTRATANTE e a CONTRATADA firmam o presente termo em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Luís, 13 de Janeiro de 2023

**CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
Presidente**

THAIARA RAYANNE
ARAÚJO
BARROSO-6008741-2102
Especialista em Direito Tributário
OAB/MA 218265210
Especialista em Direito Tributário
OAB/MA 218265210

**CONTRATADA
SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTABIL LTDA – ME
Representante**

Testemunhas:

[Assinatura]
Nome
CPF: 438 215 29309

[Assinatura]
Nome
CPF: 307 17043 611

FLS. Nº 21
PROC. Nº 2742/2023
RUBRICA [Assinatura]

alimentícios e limpeza para reposição do estoque almoxarifado da Secretaria de Segurança Alimentar - SEMSA.

O Edital poderá ser consultado na Central Permanente de Licitação, em dias úteis, de segunda-feira a quinta-feira, das 08h às 18h (intervalo 12h às 14h), e sexta-feira, das 8h às 13h. O Edital poderá ser obtido gratuitamente por meio digital nesta Central, bem como pela internet, através do nosso endereço eletrônico www.saoluis.ma.gov.br ou no site do Comprasnet www.gov.br/compras/pt-br. Informações pelo telefone: (98) 3227-7749 ou (98) 99152-2013 e e-mail: emilenego.adv@gmail.com.

São Luís - MA, 25 de janeiro de 2023.

Emilene Gonçalves Oliveira
Pregoeira - CPL

AUTORIZO A PUBLICAÇÃO.

Washington Ribeiro Viégas Netto
Presidente/CPL

Publicado por: ANA PAULA DE OLIVEIRA MONTEIRO
Código identificador: b2363a1872b396d1b113b9066dfe84e8

PORTARIA Nº 321/2023 - COMISSÃO DE LICITAÇÃO CPL

O Presidente da **CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA**, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 4.537, de 16 de novembro de 2005, e alterações posteriores, e ainda com fulcro nas disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/2011 e suas respectivas alterações posteriores.

RESOLVE:

Dispor sobre a composição e funcionamento da Central Permanente de Licitação, na forma dos artigos seguintes:

Art. 1º - A Central Permanente de Licitação será integrada pelos Membros a seguir relacionados, durante o período de 01 (um) ano, a contar da data da presente Portaria:

1. Adriano Aragão Mendonça
2. Alexandre Souza Farias;
3. Amanda Dias Saldanha;
4. Cayro Sandro Alencar Carneiro
5. Eduardo Luiz Cruz Rocha;
6. Emilene Gonçalves Oliveira;
7. Fábio Henrique de Jesus França;
8. Flávia Vieira dos Santos Nunes;
9. Igor Manoel Sousa Rocha;
10. Janilda Ismênia Junqueira Ayres Lopes;
11. Lílian Ribeiro de Santana Goulart;
12. Nize Tatiane Vieira Oliveira;
13. Wilma Freitas Rodrigues.

§1º. Em cada procedimento licitatório deflagrado pela Central Permanente de Licitação será designado um Membro-Relator, o qual ficará diretamente responsável pelas formalidades e atos cabíveis no processo em que for designado.

§2º. Nas hipóteses de ausência ou impedimento do Membro-Relator, nos processos licitatórios em que estiver designado, será realizada sua

substituição por outro, designado no *caput* deste artigo.

Art. 2º - Compete às Comissões de Licitação da Central Permanente de Licitação realizar os procedimentos licitatórios sob as modalidades Convite, Tomada de Preços, Concorrência, RDC, Leilão e Concurso, pertinente a obras, serviços - inclusive de publicidade - compras, alienações, concessões e permissões, no âmbito da Administração Municipal Direta e Indireta;

Art. 3º - Ficam designados como **PREGOEIROS**, para a realização das licitações nas modalidades PREGÃO PRESENCIAL e ELETRÔNICO, no âmbito dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de São Luís, os servidores lotados nesta Central Permanente de Licitação, já mencionados no Art. 1º.

I - Para cada processo licitatório será definido um dos servidores designados no *caput* do artigo 1º, para condução do certame;

II - Nas hipóteses de ausência ou impedimento de qualquer um dos Pregoeiros nos processos licitatórios em que estiverem designados, será realizada a substituição por outro Pregoeiro, designado no *caput* do artigo 1º.

Art. 4º - Ficam designados como **membros da equipe de apoio, para acompanhar os referidos Pregoeiros na condução da licitação**, os servidores abaixo relacionados:

1. Adélia Borges Machado Aragão;
2. Elany Danyelle Correia de Oliveira
3. Janaina Moraes Saldanha;
4. Joaquim Leandro Carvalho Lobato Nunes Oliveira;
5. Marcela Pelúcio Dominici;
6. Rosana Carvalho Reis;
7. Silas André Cerqueira Costa.

Parágrafo único - Cada Pregoeiro deverá, necessariamente, conduzir os certames acompanhado de uma equipe de apoio.

Art. 5º - Ficam designados para **composição da equipe operacional, para auxílio nos procedimentos administrativos**, sem poder de decisão, os seguintes servidores:

1. Eraldo Sousa Freire;
2. Heloísa Vitória Ferreira Gomes;
3. Josiane de Jesus Mendonça Borges;
4. Wantuil Kennedy Costa Correa;
5. Tibiriçá Vieira de Sousa Filho;

Parágrafo único - No **Pregão**, os membros da Central de licitação também poderão atuar como equipe de apoio;

Art. 6º - Compete aos Membros da Central Permanente de Licitação, o exercício pleno de suas atribuições e competências previstas na Lei Municipal nº 4.537/2005 e suas respectivas alterações, bem como nos regulamentos vigentes.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Washington Ribeiro Viégas Netto
Presidente da Central Permanente de Licitação

Publicado por: ANA PAULA DE OLIVEIRA MONTEIRO
Código identificador: 19b24b9eb17f97f6da1d98ff021920f4

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - CMSL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2020 - CMSL

FLS. Nº 32
PROC. Nº 2792/2023
RUBRICA [assinatura]

Processo Originário 2853/2022	Espécie: Prorrogação do prazo e supressão contratual.	Nº: 3º Termo Aditivo
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência que trata a Cláusula Quinta do Contrato nº 005/2020, bem como a realização da supressão do item 01 (Implantação e manutenção de software do Sistema Integrado de Contabilidade) da Cláusula Primeira do Contrato (Do Objeto).		
Contratante: Câmara Municipal de São Luís	C.N.P.J 05.495.676/0001-17	
Representante Legal: Paulo Victor Melo Duarte	CARGO: Presidente	
CONTRATADA: Sistema de Locação Contábil Ltda - ME	C.N.P.J 09.295.258/0001-37	
REPRESENTANTE LEGAL: Thaíara Rayanne Araújo Barroso	Cargo: Representante Legal	
VALOR TOTAL: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)		
ASSINATURA DO CONTRATO: 13/01/2023		
PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.		
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores.		

Publicado por: ELANE DE ARAÚJO FONSECA
Código identificador: 37117d57cfeac14e7f6e81531bb3abed

PORTARIA Nº 04/2023 - CMSL

Designa Fiscal para atuar na execução e fiscalização do Contrato nº 005/2020-CMSL, e seus aditivos, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de softwares para gestão de sistema de contabilidade pública, sistema de folha de pagamento, sistema integrado de compras e sistema de portal da transparência para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Luís (MA) e seus anexos.

O SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS (MA), no uso de suas atribuições legais, Considerando o dispositivo normativo expresso pelo art. 58, inciso III da Lei Federal nº 8.666/1993, o qual estabelece o dever-poder da Administração Pública fiscalizar a execução do Contrato administrativo; Considerando o que estabelece o art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 6º do Decreto Federal nº 9.507/2018, que determinam que a fiscalização da execução do Contrato administrativo, far-se-á por Representante da Administração Pública especialmente designado;

RESOLVE:

Artigo 1º - A Contratante designará o servidor **Alexandre Ferreira Melo**, Secretário Financeiro, Matrícula nº 10392-1, como **fiscal** e a servidora **Cheslúzia Heliana Pinto Farias**, Diretora Administrativa, Matrícula nº 94824-3, como **suplente**, para promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato nº 05/2020-CMSL, celebrado com a empresa Sistema de Locação Contábil Ltda-ME, devidamente inscrita no CNPJ nº 09.295.258/0001-37, que tem por objeto a prestação de serviço de locação de softwares para gestão de sistema de contabilidade pública, sistema de folha de pagamento, sistema integrado de compras e sistema de portal da transparência para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Luís -MA - Processo Administrativo nº 325/2020/CMSL.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos retroativos ao dia 13 de janeiro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Caio Anderson Cimas de Moraes Lima
Secretário Administrativo desta Casa Legislativa

Publicado por: ELANE DE ARAÚJO FONSECA
Código identificador: 611e74e67badca57a901f04e75e74709

FLS. Nº 23
PROC. Nº 2853/2022
RUBRICA [assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

FLS. Nº 138
PROC. Nº 2792/23
RUBRICA AP

TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 2792/2023 – CMSL/MA

QUARTO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS/MA, E DE OUTRO, A EMPRESA SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTÁBIL LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES PARA GESTÃO DE SISTEMAS, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS**, Estado do Maranhão, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta capital na Rua da Estrela, nº257, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.05.495.676/0001-17, neste ato representada por seu Presidente, **Paulo Victor Melo Duarte**, RG nº 162034820016-GEJUSPC-MA, CPF nº 008.588.083-31, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa: **Sistema de Locacao Contabil LTDA**, com sede na Rua Coelho de Resende, nº 929, Centro, Teresina – PI, CEP: 64.001-370, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.258/0001-37, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por sua representante legal, **Thaiara Rayanne Araújo Barroso**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº 3.654.906 SSP/PI e do CPF nº 600.876.523-07, residente e domiciliada na Avenida Noronha de Almeida, nº 2201, São João, Teresina - PI, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, observando o que consta do processo administrativo nº 2792/2023, elaborado em conformidade com o disposto no Artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores, tem entre si justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** resolvem prorrogar por mais 12(doze) meses o contrato nº 05/2020-CMSL, contados de 12/01/2024 a 12/01/2025, tendo por objeto a prestação de serviços de locação de softwares para gestão de sistema de contabilidade pública, sistema de folha de pagamento, sistema integrado de compras e sistema de portal da transparência da Câmara Municipal de São Luís, dentro do prazo estabelecido, conforme a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto:

A prorrogação do prazo de vigência constante da Cláusula Quinta – Da Vigência do Contrato ora aditado, por mais 12 (doze) meses a contar de 12 (doze) de janeiro de 2024, com fundamento legal no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

FLS. Nº 119
PROC. Nº 2792/23
RUBRICA AF

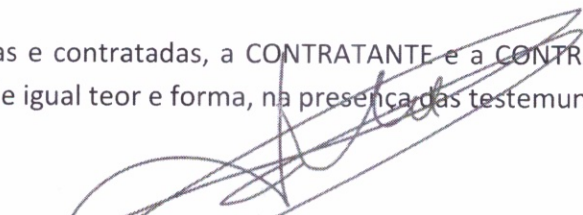


CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor global do Contrato importa em R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) anualmente, sendo R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais) o valor mensal.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 005/2020-CMSL/MA, firmado entre as partes.

Por estarem, assim, justas e contratadas, a CONTRATANTE e a CONTRATADA firmam o presente termo em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.




Assinado de São Luís, 12 de Janeiro de 2024.
forma digital por
Paulo Victor
Melo Duarte
- 00858808331

CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
Presidente

THAIARA
RAYANNE
ARAUJO
BARROSO:
60087652307

Assinado digitalmente por THAIARA
RAYANNE ARAUJO BARROSO 60087652307
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CRF A1, OU=SEM BRANCO,
OU=28884826000151, OU=videoconferencia,
CN=THAIARA RAYANNE ARAUJO
BARROSO 60087652307
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
ip:
Data: 2024.01.12 17:05:48-0300'
Fórm (Razão): Versão: 10.1.1

CONTRATADA
Sistema de Locação Contabil LTDA
Representante

Testemunhas:

Antonio Carlos F. da Silva
Nome
CPF: 607.047.163-69

Adelmar da Silva
Nome
CPF: 015 073373 96

pauta, a relatora apresenta graficamente a diversificação de ativos na carteira de investimentos, apresenta os indicadores, contendo a variação anual em 2023, afirmando que é utilizada a média ponderada para o cálculo. Em prosseguimento o Conselheiro TIAGO DE PAIVA TEIXEIRA CUSTODIO questiona sobre a previsão para a renda variável e a relatora afirma que no momento está em correção, o Conselheiro MARCELO DUAILIBE COSTA questiona sobre a previsão da Selic, o Sr. THIAGO MELO ANTONIOLLI afirma que a previsão para o ano é fechar em 9%. Em prosseguimento a Sra. MARIA DO SOCORRO CAMPELO DOS SANTOS apresenta a rentabilidade em função da meta atuarial e o IPCA nos últimos 12 meses. Apresenta aos Conselheiros o comparativo do resultado alcançado nos anos de 2022 e 2023, perfazendo os percentuais de 86,42% e 143,58% de alcançada meta atuarial, respectivamente. O Conselheiro CRISTÓVAM DE LIMA ARAÚJO questiona em quanto o plano financeiro é deficitário, a Presidente aponta que o valor beira os R\$19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) mês, com tendência de crescimento. O Conselheiro TIAGO DE PAIVA TEIXEIRA CUSTODIO questiona que considerando o aumento de gastos e considerando o marco de 2008 em que as contribuições são realizadas de forma regular, se em algum momento essas forças se encontrarão para o equilíbrio do déficit. A Presidente afirma que o tema foi tratado, mas que na próxima reunião que tratará do tema atuarial, será reforçado e adianta que existem muitos aspectos que necessitam de ajustes de contas e que em muitos casos são irreversíveis. A Conselheira MANUELA VEIGA DIAS ROCHA questiona se os temas propostos em reunião foram levados ao executivo, a Presidente afirma que as medidas já foram apresentadas e serão tratadas por partes, afirma que no presente momento a gestão tem tratado dos temas mais sensíveis como o débito da Câmara Municipal de São Luís - CMSL junto ao RPPS e o Certificado de Regularidade Previdenciária do IPAM que ainda é judicial, afirma ainda que a o IPAM passa por auditoria. Complementa que nas datas anteriores a realização do Termo de Ajustamento de Conduta junto a CMSL, o Ipam não é detentor das informações necessárias para a concessão dos benefícios dos servidores do Legislativo Municipal e que a Fazenda Municipal arca atualmente com aproximadamente R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para compensar os valores dos benefícios relativos ao órgão, justifica à Conselheira MANUELA VEIGA DIAS ROCHA, acerca do atendimento das proposições. O que é ratificado pelo Conselheiro JOSÉ DE JESUS DO ROSÁRIO AZZOLINI que indica que a maioria das proposições, resulta apenas no repasse de valores do executivo para o RPPS. O Conselheiro OCTÁVIO AUGUSTO GOMES DE FIGUEIREDO SOARES realiza explanação a respeito do grupo deficitário aos Conselheiros, aponta ainda o agravante que é a paridade, que deve ser considerada pois interfere diretamente no déficit, aponta a realização de empréstimo consignado como uma boa saída, afirma que os percentuais são favoráveis e positivos. A Presidente cita a possibilidade do upgrade para o Progestão nível II. O Conselheiro CRISTÓVAM DE LIMA ARAÚJO questiona se houve algum avanço quanto às tratativas junto a CMSL, a Presidente afirma que já está marcada reunião junto ao Órgão legislativo para tratar do tema. Em prosseguimento, considerando a extensão das discussões na presente reunião, fica deliberado que será convocada uma reunião extraordinária para abordar especificamente as pautas administrativas internas do IPAM, visando uma análise mais detalhada e eficiente desses temas. Em conclusão, a Presidente MANUELLA OLIVEIRAFERNANDES declara encerrada a 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal às 17 horas e 30 minutos do presente dia e, com o consentimento dos Conselheiros eu, JOSÉ CARLOS VIEIRA CASTRO JÚNIOR, Secretário do Conselho de Administração, nos termos do parágrafo único do Art. 1º do Decreto Municipal Nº 58.366 de 31 de agosto de 2022, lavro a presente Ata, através da assinatura dos presentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

MANUELLA OLIVEIRA FERNANDES
Presidente do Conselho de Administração do IPAM

OCTÁVIO AUGUSTO GOMES DE FIGUEIREDO SOARES

Representante da Secretaria Municipal de Administração

JOSÉ DE JESUS DO ROSÁRIO AZZOLINI
Representante da Secretaria Municipal da Fazenda

CRISTÓVAM DE LIMA ARAÚJO
Representante dos Servidores Inativos ou Pensionistas

MARCELO DUAILIBE COSTA
Representante dos Servidores Ativos

TIAGO DE PAIVA TEIXEIRA CUSTODIO
Representante do Poder Legislativo Municipal

JOSÉ CARLOS VIEIRA CASTRO JUNIOR
Secretário do Conselho de Administração

CONSELHO FISCAL:

SERGIO MOTTA
Presidente do Conselho Fiscal do IPAM

MANUELA VEIGA DIAS ROCHA
Representante dos Servidores Ativos e Inativos do Município

JOSE REINALDO MENDES OLIVEIRA JUNIOR
Secretário do Conselho Fiscal

EXTERNO:

MARIA DO SOCORRO CAMPELO DOS SANTOS
Gestora de Investimentos - Assessora Especial - IPAM

THIAGO MELO ANTONIOLLI
Setor de Investimentos - IPAM

Publicado por: JOSE CARLOS VIEIRA CASTRO JUNIOR
Código identificador: 551c21d9bc8f904f73e7be068278f641

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS - CMSL**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2020**

Processo Administrativo: Nº 2792/2023; **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência constante da Cláusula Quinta-Da Vigência do Contrato; **Contrato:** nº 005/2020; **Contratante:** Câmara Municipal de São Luís, sob o CNPJ nº 05.495.676/0001-17; **Titular:** Paulo Victor Melo Duarte (Presidente), CPF nº 008.588.083-31. **Contratada:** SISTEMA DE LOCAÇÃO CONTABIL LTDA, sob o CNPJ nº 09.295.258/0001-37; **Representante:** Thairara Rayanne Araújo Barroso, CPF nº 600.876.523-00. **Valor Global:** 33.000,00 (trinta e três mil reais). **Data da Assinatura:** 12 de janeiro de 2023; **Vigência do Contrato:** 12 (doze) meses, a contar de 12 de janeiro de 2024; **Fundamentação legal:** Artigo 57, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores.

Publicado por: ALDEFRANKI DE Sá SILVA
Código identificador: f4e890a26dbf6f7f4c3797bc900d80f1

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E: